



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Rua do Imperador, 640, Prainha- Santarém - Pará



JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE

PROPOSTO: CANUTO & SENA LTDA. CNPJ Nº10.873.662/0001-8

ASSUNTO: SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE BANDAS LOCAIS PARA A REALIZAÇÃO DO CARNAVAL/2015, PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NA ORLA DA CIDADE E VILA BALNEÁRIA DE ALTER-DO-CHÃO, NO PERÍODO DE 14 DE FEVEREIRO A 17 DE FEVEREIRO DE 2015

Diante do compromisso do município de Santarém, ao preceito constitucional esculpido no *caput* do artigo 125, da Constituição Federal, no que pese a manifestação cultural, destaca-se o Carnaval, festa popular que movimenta todo o Brasil. O Carnaval é uma festa popular que neste ano ocorrerá no mês de fevereiro, movimentando milhões de foliões, que fazem com que esta festa seja uma das mais belas do Brasil. A festa do Carnaval está presente em todas as regiões, envolvendo uma mistura de ritmos desde o frevo, maracatu, blocos de axé e o samba, ritmos diferentes, mas que se tornam um só, pois quando a festa começa, todos falam uma só língua, a da alegria, a da folia.

Temos uma das mais belas festas de Carnaval, a que acontece no Rio de Janeiro, como o grande desfile das escolas de samba, que evoluem na Marquês de Sapucaí, com imponentes carros alegóricos, contando em seus enredos um pouco da história do Brasil. Neste sentido, não podemos esquecer do Carnaval de Salvador, que arrasta milhões de brincantes atrás dos trios elétricos, ao som do axé. Festa que já entrou até para o livro dos records, pela quantidade de brincantes que fazem a festa, ser uma das mais freqüentes do Brasil.

A Secretaria Municipal de Cultura-SEMC no intuito de organizar e coordenar o Carnaval 2015, com escopo de apoiar e incentivar o trabalho de artistas, artesãos, costureiros, oportunizar as potencialidades criativas locais, contribuir assim para o desenvolvimento das manifestações culturais, oferecendo a população do Município entretenimento e lazer com apresentação de Bandas locais na Vila Balneária de Alter-do-Chão.

Para a concretização e prosperidade do evento, faz-se necessário dar condições mínimas de estrutura aos locais destinados ao espetáculo carnavalesco, o que foi escolhido na Orla da Cidade e no Lago dos Botos na Vila Balneária de Alter-do-Chão, que será realizado nos dias de 14 de fevereiro a 17 de fevereiro de 2015 com diversas atrações como as apresentações de show de Bandas Locais, Swing Elétrico, Quinta Dimensão, Xote do Bom, Forró do Paredão, Ricardão e Forró eu Acho é Bom, Banda do NEM, Charanga do Carnaval, tocando todos os tipos de musicais no ritmo do carnaval e inclusive o carimbo que faz parte da nossa cultura paraense, buscando assim valorizar os artistas e a cultura local.

Essa contratação será realizada por intermédio da empresa **MAGMA COMUNICAÇÃO – CANUTO & SENA LTDA-ME**, que trabalham com agenciamento de cantores e bandas da música nacional brasileira.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Rua do Imperador, 640, Prainha - Santarém - Pará



Para contratação destas bandas e cantores pelo município, enquanto pessoa jurídica de direito público, necessário se faz observar o procedimento adequado, imposto pela legislação específica, quais sejam a Licitação, prescrita no art. 37, XXI da Constituição Federal, *in verbis*.

Art. 37 *omissis*

XXI ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusula que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Para regular este disposto constitucional o legislador infra-constitucional elaborou a Lei n.º 8.666/93, que determina a licitação como procedimento adequado para adquirir a proposta mais vantajosa para a Administração. Deste preceito ao caso em tela, nos reportamos às exceções especificadas na lei, pois o objeto trata da contratação de artista, o que induz alguém dotado de tais peculiaridades que o torne não cotejável com os demais, sendo, portanto inviável a composição de certame para apuração de proposta mais vantajosa.

O pressuposto jurídico da inexigibilidade de licitação é a inviabilidade de competição, que, "*latu sensu*" é o certame em que um dos contendores reúne qualidades tais que se torna único, exclusivo, *sui generis* a tal ponto que inibe os demais licitantes, sem condições competitivas.

Por certo o Administrador estará submetido ao permissivo legal prescrito no Art. 25, III, que determina:

Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
omissis

III– Para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

O aludido artigo dispõe sobre a contratação de "profissionais do setor artístico". Afirma Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, que:

"artista, nos termos da lei, é o profissional que cria, interpreta ou executa obra de caráter cultural de qualquer natureza, para efeito de exibição ou divulgação pública, através de meios de comunicação de massa ou em locais onde se realizam espetáculos de diversão pública". (FERNANDES, Jorge



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Rua do Imperador, 640, Prainha - Santarém - Pará



Ulisses Jacoby. Contratação direta sem licitação: modalidades, dispensa e inexigibilidade de licitação. 5 ed. Brasília: Editora Brasília Jurídica, 2000, p. 532.)

Requisito inafastável estabelecido pela lei é que o artista a ser contratado seja "consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública" e que a contratação seja **diretamente ou através de empresário exclusivo** nos termos do inciso III do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93. Cabe esclarecer que a contratação poderá ser realizada diretamente com o profissional, ou através de empresário exclusivo, o que difere dos empresários que apresentam a chamada "carta de exclusividade". Neste caso, o empresário apresenta uma declaração de exclusividade do profissional do setor artístico especificamente para a apresentação na festividade solicitada pelo Município em uma determinada data, não se tratando de empresário exclusivo.

Uma importante exigência estabelecida no inciso III retro aludido é que o artista deve ser consagrado pela crítica ou pela opinião pública, pois somente nesse caso estarão aptos a agradar ao público ao qual prestarão os serviços.

"se destina a evitar contratações arbitrárias, em que uma autoridade pública pretenda impor preferências totalmente pessoais na contratação de pessoas destituída de qualquer virtude. Exige-se que ou a crítica especializada ou a opinião pública reconheçam que o sujeito apresenta virtudes do desempenho de sua arte" (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 3. ed. Rio de Janeiro: Aide, 1994, p. 170 e 172).

Conforme estabelece o Estatuto Licitatório, haverá inexigibilidade de licitação para contratação de artista consagrado pela crítica especializada. Assim para configurar a inexigibilidade, ao que leciona o professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, na obra Contratação Direta sem licitação, Brasília: Brasília Jurídica, 1995, é fundamental que se preencham os seguintes requisitos:

- que o objeto da contratação seja de um artista profissional.
- que seja feita diretamente ou através de empresário exclusivo.
- que a contratação seja consagrada pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Diante do contexto fica claro a aceitação pela opinião pública de se valorizar a música e os artistas da terra, fazendo shows voltados para a cultura santarena, buscando incentivar novos artistas a seguirem o caminho de grandes artistas santarenos como Sebastião Tapajós, Marília Lúcia e entre outros, que são referência na música santarena.

Como citado antes, a contratação das Bandas e dos Cantores locais foi firmado através da empresa **CANUTO & SENA LTDA** representado legalmente por, **Amarildo de Almeida Sena**, em, em atendimento a exigência impressa no inciso III do Art. 25 da Lei n. 8.666/93, que contempla a contratação de profissional do setor artístico através de empresário exclusivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Rua do Imperador, 640, Prainha - Santarém - Pará



A contratação de artistas desta especificação pressupõe a execução pessoal do objeto, por tratar-se de obrigação *intuitu personae*, isto é algo que só pode ser executado diretamente pelo contratado, porquanto não haverá medidas para comparar propostas diversas, ensejando a inexigibilidade, ao que bem comentam os professores Lúcia Valle Figueiredo e Sérgio Ferraz, na obra *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação* (3ª ed., São Paulo: Malheiros Editores, 1994):

Extrai-se a impossibilidade em que se encontra a Administração de licitar, caso se depare com a singularidade subjetiva. É dizer: alguém dotado de peculiaridades tais, que não tornam cotejável com os demais.

Configurando-se a inexigibilidade de licitação é prudente conhecer o entendimento da doutrina acerca do instituto administrativo, para o que analisando a obra acima citada, encontramos a seguinte interpretação:

A gênese da inexigibilidade é a impossibilidade da competição, o que por isso, afasta a possibilidade de invocação dos princípios da moralidade e da igualdade. E o universo de seus destinatários é complexo, mais amplo, abrangendo pretendentes à contratação, administrados em geral, administradores e controladores da atuação da Administração Pública. Identificada que seja uma das hipóteses legais da inexigibilidade, nenhum desses universos de possíveis interessados está mais titulado ou legitimado a exigir a licitação: ela simplesmente não deverá ser realizada. (Figueiredo Ferraz, ob. Cit).

Sedimentando o estudo sobre o inciso III do art. 25 da Lei 8.666/93, o ilustre Dr. Benedito de Tolosa Filho:

A hipótese de inexigibilidade para contratação de artista é a mais pacífica, desde que o escolhido, independentemente de estilo, que, diga-se de passagem, é muito subjetivo, seja consagrado pelos críticos especializados ou pelo gosto popular.

Por todo o exposto, a Secretaria Municipal de Cultura - SEMC, constatou ser ponderável o valor e as condições de contratação das Bandas locais, uma vez preenchidos os requisitos e preceitos da legislação pertinente, posicionando-se pela contratação direta do objeto desta justificativa, plenamente amparado pelo permissivo do inciso III do Art. 25 da Lei n.º 8.666/93. recomenda-se assim a sua inexigibilidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Rua do Imperador, 640, Prainha - Santarém - Pará



superior.

Submeto a presente à devida ratificação de autoridade

Santarém, 06 de fevereiro de 2015.

Maura Regiane Botelho Taveira
Presidente da CPL/SEMC

Antônio Carlos Santos de Sousa
1º Membro da CPL/PMS

Arilícia Lima Brito
2º Membro da CPL/PMS